

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
VARA DO TRABALHO DE ARAXÁ – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
VINÍCIUS MENDES CAMPOS DE CARVALHO**



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989**

**Data da instalação: 16-2-1990**

**Data de implantação do PJe: 8-4-2015**

**Jurisdição:** Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Santa Juliana e Tapira.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 11-9-2020, p. 2.**

## ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 6-9-2020

Às 8 horas do dia vinte e dois de setembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na Vara do Trabalho de Araxá, situada na Praça José Adolfo de Aguiar, 10, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Vinicius Mendes Campos de Carvalho**; a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Daniella Cristiane Rodrigues Ferreira**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Rosemary Akel Porfírio Oliveira; os servidores Andreza Diniz Portes Dutra, Cristiany de Oliveira Flores, Edna Ferreira Costa, Fábio Bruno Pimentel, Graziella Pereira Cardoso, Ilmara Ribeiro Simões Rodarte, Jonathan Conrado Flores, Marcelo Chaer Rezende, Mariana Guimarães Maneira Leitão, Sandra Aparecida Borges, Thales Cruz Freitas Bahia; a estagiária Laiany Paula Evangelista Silva. Ausentes os servidores Joana Daniela Rosa Novato, Kátia Cristina Mendonça e Renata Rodrigues de Souza, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 911 processos, distribuídos neste ano até o dia 14-9-2020, apurando-se a média de 5,6 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 61 cartas precatórias, dentre elas 16 são executórias, neste ano até o dia 14-9-2020, das quais 31 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 656 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 250 processos foram remetidos neste ano até o dia 14-9-2020.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 29 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 77 processos com perícia designada.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 1.022 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 341 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 125 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0011948/17, 0011814/17, 0010512/17, 0011422/17, 0011815/17, 0010197/17, 0012254/16, 0010753/18, 0011749/19, 0010161/18: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento desta unidade, até o 3º trimestre de 2020, foi de 56,45%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

#### FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 14-9-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	521
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	1.297
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	37

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

<b>Processos audiências não designada</b>	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-gestão que não possuem audiência designada.	Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST
---	--	---

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo média, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	33	4
2017	297	3
2018	353	2
2019	524	1
2020 – ano de referência	641	
TOTAL	1.848	1,22

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês setembro de até o dia 14-9):

<b>0001489-31.2014.5.03.0048</b>
<b>0010912-78.2015.5.03.0048</b>
<b>0011066-96.2015.5.03.0048</b>
<b>0011109-33.2015.5.03.0048</b>
<b>0010414-45.2016.5.03.0048</b>
<b>0010763-48.2016.5.03.0048</b>
<b>0010782-54.2016.5.03.0048</b>
<b>0010835-35.2016.5.03.0048</b>
<b>0010836-20.2016.5.03.0048</b>
<b>0010838-87.2016.5.03.0048</b>
<b>0010840-57.2016.5.03.0048</b>
<b>0010850-04.2016.5.03.0048</b>
<b>0010950-56.2016.5.03.0048</b>
<b>0011016-36.2016.5.03.0048</b>
<b>0011052-78.2016.5.03.0048</b>
<b>0011111-66.2016.5.03.0048</b>
<b>0010837-05.2016.5.03.0048</b>
<b>0011314-28.2016.5.03.0048</b>
<b>0011647-77.2016.5.03.0048</b>
<b>0011351-55.2016.5.03.0048</b>

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	3
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	1.921

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	2
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	182

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	1
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.483

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do	37

item 90062 no final do  
período de referência

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de execução desta unidade, até o 3º trimestre de 2020, foi de 69,71%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

Existem 1.619 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 912 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 706 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 14/09/2020

No ano anterior, até dia 14/09/2019 – havia 1.519 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.075 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 11 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 433 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de setembro até o dia 14-9):

<b>0000043-56.2015.5.03.0048</b>
<b>0000116-96.2013.5.03.0048</b>
<b>0000186-21.2010.5.03.0048</b>
<b>0000343-52.2014.5.03.0048</b>
<b>0000697-77.2014.5.03.0048</b>
<b>0000753-13.2014.5.03.0048</b>
<b>0001142-66.2012.5.03.0048</b>
<b>0001685-35.2013.5.03.0048</b>
<b>0001712-18.2013.5.03.0048</b>
<b>0001810-71.2011.5.03.0048</b>
<b>0002197-81.2014.5.03.0048</b>

<b>0010030-19.2015.5.03.0048</b>
<b>0010054-71.2020.5.03.0048</b>
<b>0010064-57.2016.5.03.0048</b>
<b>0010121-41.2017.5.03.0048</b>
<b>0010197-02.2016.5.03.0048</b>
<b>0010203-43.2015.5.03.0048</b>
<b>0010213-14.2020.5.03.0048</b>
<b>0010247-57.2018.5.03.0048</b>
<b>0010341-34.2020.5.03.0048</b>

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de setembro 2020 apurado até dia 14-9):

<b>Decisões execução</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Mês</b>		
<b>01-JANEIRO</b>	42	195
<b>02-FEVEREIRO</b>	50	44
<b>03-MARÇO</b>	40	44
<b>04-ABRIL</b>	56	30
<b>05-MAIO</b>	63	51
<b>06-JUNHO</b>	80	42
<b>07-JULHO</b>	195	56
<b>08-AGOSTO</b>	108	90
<b>09-SETEMBRO</b>	166	18
<b>Totais</b>	800	570

<b>Decisões por juiz</b>	<b>2020/01</b>	<b>2020/02</b>	<b>2020/03</b>	<b>2020/04</b>	<b>2020/05</b>	<b>2020/06</b>	<b>2020/07</b>	<b>2020/08</b>	<b>2020/09</b>
<b>DANIELLA CRISTIANE RODRIGUES FERREIRA</b>	176	32	37	30	34	8	2	33	9
<b>EMANUEL HOLANDA ALMEIDA</b>	16	11	4						
<b>VINICIUS MENDES CAMPOS DE CARVALHO</b>					15	34	54	55	9
<b>Totais</b>	192	43	41	30	49	42	56	88	18

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 14-9):

Alvarás	
Mês	2019
01-JANEIRO	14
02-FEVEREIRO	13
03-MARÇO	1
04-ABRIL	6
05-MAIO	13
06-JUNHO	15
07-JULHO	3
08-AGOSTO	3
09-SETEMBRO	5
<b>Totais</b>	<b>73</b>

Obs.: não há alvarás em 2020, porque foram proferidos despachos com força de alvará.

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 14-9-2020, existem 73 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 22-9-2020 havia 13 processos:

- a) **instrução:** 11 processos;
- b) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 1 processo;
- c) **encerramento de instrução:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010187/20, 0011303/19, 0010843/19, 0010355/20, 0010210/19, 0010870/19, 0010783/20, 0010191/19, 0010354/19.

**RESULTADO:** os processos encontram-se em ordem.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

**Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO N° 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 19-9-2020, 103 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 4 processos.**

Exame dos autos dos processos 0010866/20, 0010686/20, 0010875/20, 0010596/20, 0010339/20, 0010657/20, 0010694/20, 0010739/20, 0010715/20, 0010476/20, 0011948/17, 0011814/17, 0010512/17, 0011422/17, 0011815/17, 0010197/17, 0012254/16, 0010753/18, 0011749/19, 0010161/18, 0011449/19, 0010064/20, 0011713/19, 0010283/20, 0010131/20, 0010671/20, 0010672/20, 0010692/20, 0010429/20, 0010614/20, 0010688/20, 0010447/20, 0010673/20, 0011622/19, 0010250/17, 0011355/17, 0010968/18, 0010888/20, 0010541/20, 0010075/20, 0012453/17, 0011670/19, 0012077/17, 0010958/17, 0010698/20, 0010477/19, 0010077/16, 0011180/17, 0011249/19, 0011551/18, 0011512/18, 0011939/18, 0010692/19, 0010450/19, 0012362/17, 0011886/18, 0010255/19, 0010413/19, 0012061/16, 0011769/17, 0010549/20, 0010850/20, 0010154/20, 0010204/20, 0010741/20, 0010542/20, 0010311/20, 0010432/20, 0010611/20, 0010591/20, 0011871/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010686/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 6a4115c (mais de 20 dias) e cumprimento – Id 416e6ff (mais de 20 dias);
- 0010596/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id baffbc1 (mais de 10 dias);
- 0010476/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id cd396c5 (mais de 30 dias);
- 0010541/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 08af3eb (mais de 20 dias);
- 0010477/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9769b11 (mais de 20 dias);
- 0010077/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 00ed981 (mais de 50 dias), Id 173afe3 (mais de 10 dias). Id a70a719 (mais de 20 dias);
- 0011249/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 57b6323 (mais de 30 dias);
- 0011551/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 55622b2 (mais de 20 dias);
- 0011512/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id b462abe (mais de 20 dias);

- 0011939/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b37520d (mais de 10 dias);
- 0010692/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id cfa74e9 (mais de 10 dias);
- 0010450/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4e6bbce (mais de 10 dias);
- 0012362/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 226c093 (mais de 10 dias), Id 19e545c (mais de 20 dias);
- 0011886/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 3185310 (mais de 30 dias) e despacho – Id feff8d2 (mais de 10 dias);
- 0010255/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 33c6519 (mais de 30 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 inquéritos judiciais em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 20 ações civis públicas em tramitação.

<b>0000112-25.2014.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0000228-65.2013.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0000229-50.2013.5.03.0048</b>	<b>Liquidação</b>
<b>0001062-34.2014.5.03.0048</b>	<b>Liquidação</b>
<b>0001177-89.2013.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010080-45.2015.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010097-42.2019.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010258-23.2017.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010427-78.2015.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010816-29.2016.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010834-50.2016.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010835-35.2016.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010836-20.2016.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>
<b>0010837-05.2016.5.03.0048</b>	<b>Conhecimento</b>

0010838-87.2016.5.03.0048	Conhecimento
0010840-57.2016.5.03.0048	Conhecimento
0011238-04.2016.5.03.0048	Conhecimento
0011765-48.2019.5.03.0048	Conhecimento
0017400-59.2009.5.03.0048	Execução
0149600-30.2009.5.03.0048	Liquidação

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis coletivas em tramitação.

0000157-34.2011.5.03.0048
0000261-89.2012.5.03.0048
0001472-29.2013.5.03.0048
0001651-26.2014.5.03.0048
0010821-46.2019.5.03.0048
0010882-67.2020.5.03.0048
0010883-52.2020.5.03.0048
0126300-10.2007.5.03.0048

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	42	29	64
Instrução processo físico	1.337	1.838	-
Instrução processo eletrônico	291	329	349

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	9	11	Adota o 335 do CPC
Procedimento Ordinário	14	12	Adota o 335 do CPC
Instrução	358	276	09/11/2021 – 266 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 14-9-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	717	356

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	496	160

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	235	572
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	429

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças de conhecimento e acordos homologados, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão (mês de setembro 2020 apurado até dia 14-9):

Sentenças	2019	2020
<b>Mês</b>		
<b>01-JANEIRO</b>	96	100
<b>02-FEVEREIRO</b>	155	139
<b>03-MARÇO</b>	137	156
<b>04-ABRIL</b>	166	28
<b>05-MAIO</b>	196	52
<b>06-JUNHO</b>	134	53
<b>07-JULHO</b>	163	73
<b>08-AGOSTO</b>	200	111
<b>09-SETEMBRO</b>	201	28
<b>Totais</b>	1448	740

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
DANIELLA CRISTIANE RODRIGUES FERREIRA	53	89	88	20	45	28		48	18
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA	13	31	68	5	2				
SAMANTHA DA SILVA HASSEN BORGES		1		2	1				
VINICIUS MENDES CAMPOS DE CARVALHO	34	18		1	4	25	73	63	10
<b>Totais</b>	100	139	156	28	52	53	73	111	28

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	127	0,5
Julgados procedentes em parte	596	2,6
Julgados improcedentes	142	0,6
Extintos com resolução de mérito	4	0,01

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	869	3,8
Extintos sem resolução de mérito	41	0,1
Arquivamento	178	0,7
Desistência	71	0,3
Outras decisões sem exame de mérito	8	0,03
Total sem exame de mérito	298	1,3
Decisões de conhecimento	1.167	5,1
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	282	1,2
Decisões na fase de execução	151	0,6
<b>Total</b>	1.600	7

No ano de 2020, até o dia 14-9, com 160 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	14-9-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	32	0,2
Julgados procedentes em parte	277	1,7
Julgados improcedentes	62	0,3
Extintos com resolução de mérito	4	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	313	1,9

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – Em agosto de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	35	1,6
Conciliação em execução	18	0,8
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	17	0,8
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	7	0,3
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0,04
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	101	4,8
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>7,7</b>

No mês de agosto de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 43 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de setembro 2020 apurado até dia 14-9:

Conciliações Mês	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	19	28		11		2
02-FEVEREIRO	42	51	3	5		2
03-MARÇO	60	24	1	3		3
04-ABRIL	68	1	2	3		
05-MAIO	77	31	3	1	2	2
06-JUNHO	49	32	5	2	2	2
07-JULHO	90	37		5		1
08-AGOSTO	67	46	4	4	6	5
09-SETEMBRO	84	8	7	1	5	3
<b>Totais</b>	<b>556</b>	<b>258</b>	<b>25</b>	<b>35</b>	<b>15</b>	<b>20</b>

Conciliações por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
DANIELLA CRISTIANE RODRIGUES FERREIRA	29	30	21	4	29	20		27	7
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA	12	27	9						16
VINICIUS MENDES CAMPOS DE CARVALHO					5	16	43	28	5
<b>Totais</b>	<b>41</b>	<b>57</b>	<b>30</b>	<b>4</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>43</b>	<b>55</b>	<b>12</b>



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 14-9):

<b>Audiências</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Mês</b>		
<b>01-JANEIRO</b>	117	167
<b>02-FEVEREIRO</b>	239	310
<b>03-MARÇO</b>	417	160
<b>04-ABRIL</b>	327	
<b>05-MAIO</b>	325	32
<b>06-JUNHO</b>	317	77
<b>07-JULHO</b>	292	72
<b>08-AGOSTO</b>	283	163
<b>09-SETEMBRO</b>	385	81
<b>Totais</b>	2702	1062

<b>Audiências por juiz</b>	<b>2020/01</b>	<b>2020/02</b>	<b>2020/03</b>	<b>2020/05</b>	<b>2020/06</b>	<b>2020/07</b>	<b>2020/08</b>	<b>2020/09</b>
<b>DANIELLA CRISTIANE RODRIGUES FERREIRA</b>	133	150	99	29	46		87	55
<b>EMANUEL HOLANDA ALMEIDA</b>	34	160	61					
<b>VINICIUS MENDES CAMPOS DE CARVALHO</b>				3	31	72	76	26
<b>Totais</b>	167	310	160	32	77	72	163	81

Foram realizadas 130 audiências de 1-9-2020 até o dia 20-9-2020 e 82 audiências designadas de 21-9-2-2020 até do dia 30-9-2020.

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de setembro 2020 apurado até dia 14-9):

<b>Despachos</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Mês</b>		
<b>01-JANEIRO</b>	1135	1869
<b>02-FEVEREIRO</b>	1684	2364
<b>03-MARÇO</b>	1221	1801
<b>04-ABRIL</b>	1409	856
<b>05-MAIO</b>	1681	2053
<b>06-JUNHO</b>	1521	2050
<b>07-JULHO</b>	1821	1846
<b>08-AGOSTO</b>	2978	2542
<b>09-SETEMBRO</b>	2831	843
<b>Totais</b>	16281	16224

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, no período da pandemia da COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 14h30min. Adota-se o artigo 335 do CPC para o procedimento sumaríssimo e ordinário. O intervalo entre as audiências de instrução é de 30 minutos.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

## 5. PRODUÇÃO –

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Processos recebidos	1.782	1.676
Média por dia útil	7,9	7,3
Processos remanescentes do ano anterior	1.872	1.719
Sentenças anuladas	18	13
<b>Total de processos para solução</b>	<b>3.672</b>	<b>3.408</b>
Processos solucionados	1.983	1.791
Processos conciliados	666	624
Produção	54%	52,55%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 5,9% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 1,5%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2020 até 14-9-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação no Conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	247
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	740

2) Indicador Taxa de Solução Conhecimento (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	740
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	923

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	306
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	423

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** (de 1º-1-2020 até 14-9-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.924
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	811

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.484
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	291

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO:** (de 1º-1-2020 até 14-9-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	811
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	291
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	16

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	1.924
-----------------------------------	--	-------

Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.484
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	16

Perfil da Vara do Trabalho		Araxá - 01a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
<b>Indicadores</b>	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,86	1,56	1,33
	I02 - Pendentes	3.476	3.541	3.645
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	334,38	350,11	358,09
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	133,81	144,42	153,86
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.589,46	1.526,38	1.421,17
	I07 - Taxa de conciliação (%)	34,44	33,89	33,80
	I08 - Taxa de solução (%)	106,10	109,31	92,93
	I13 - Taxa de execução (%)	182,02	208,51	212,06
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	49,19	52,06	56,45
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	65,31	66,95	69,71
	I11 - Produtividade por servidor	163,63	151,69	142,00
I12 - Pendentes por servidor	201,69	207,63	228,13	
<b>Meso</b>	Acervo	0,57	0,60	0,60
	Celeridade	0,50	0,51	0,52
	Produtividade	0,60	0,58	0,62

	Congestionamento processual	0,80	0,85	0,87
	Força de trabalho	0,65	0,69	0,74
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,6227</b>	<b>0,6454</b>	<b>0,6720</b>
	Posição IGEST	147	148	156
	Movimentação processual	2001 a 2500	2001 a 2500	2001 a 2500

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$5.000.179,16	R\$1.560.123,53

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 2/1999, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 1/2009, que trata da intimação à PGF; 2/2009, que dispõe sobre a intimação dos procuradores das partes por meio de publicação no DEJT; 1/2012, sobre a prioridade na tramitação de processos que envolvam acidente de trabalho; 2/2012, que trata do recebimento de mandados judiciais pelos Oficiais de Justiça e a 1/2017, que cria a Comissão de Desfazimento de Bens da Vara do Trabalho de Araxá e dá outras providências.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 15 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

## 10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 103,90% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 75,20%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,31%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 81,84%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 81,17% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 39,01% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,61%.

**Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 120,29%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 77,21% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,92%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 61,22% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 334,38 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 201,43%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o tempo médio alcançado foi de 373,74 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 179,95 dias.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013,

do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

## **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

## **13. RECOMENDAÇÕES:**

### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) envidados esforços para a redução do prazo de designação de audiências de instrução;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

7) reduzida a quantidade dos processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020, conforme o item 1.10 da ata;

8) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

9) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

10) envidados esforços para o cumprimento Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus; Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

11) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

12) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

13) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

15) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo

II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/aceso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

15) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 30 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

9) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução. A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia vinte e dois de setembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 124/2020, divulgado no DEJT em 11-9-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes..

Maristela Iris da Silva  
Malheiros:30831806  
Maristela Iris da Silva Malheiros  
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

Assinado de forma digital por  
Maristela Iris da Silva  
Malheiros:30831806  
Dados: 2020.09.22 17:41:03 -03'00'

MOZART SECUNDINO DE  
OLIVEIRA  
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por  
MOZART SECUNDINO DE  
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

